

AXIS SOLAR X EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 48.929.019/0001-43 - NIRE 35.300.627.989
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2024

Data, Horário e Local: Realizada no dia 06/06/2024, às 17hs, na sede social da **Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 72, conj. 181, CEP 04.534-000, Itaim Bibi. **Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("LSA"), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente: Luiz Augusto Pacheco e Silva; Secretário: Rodrigo Teixeira Marcolino. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(I)** a alteração do objeto social da Companhia para incluir a atividade de locação de imóveis, com a consequente alteração do artigo 3º do estatuto social da Companhia; **(II)** o aumento do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 8.400.000,00, mediante a emissão de 8.400.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Ações Ordinárias"), com a consequente alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia, sendo que as Ações Ordinárias serão subscritas e integralizadas pela **Axis Solar III Empreendimentos e Participações S.A.**, CNPJ nº 34.175.032/0001-40 ("Axis Solar III"); **(III)** a consolidação do estatuto social da Companhia; **(IV)** a realização da 1ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 02 séries, para colocação privada ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 02 Séries, para Colocação Privada, da Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora, a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, CNPJ nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário das Debêntures ("Agente Fiduciário"), a **Opea Securitizadora S.A.**, CNPJ nº 02.773.542/0001-22, na qualidade de subscritora das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) ("Securitizadora"), a Axis Solar III, e a **Axis Renováveis S.A.**, CNPJ nº 22.873.125/0001-69, na qualidade de fiadoras ("Axis Renováveis" e "Escritura de Emissão", respectivamente, sendo a Axis Solar III e a Axis Renováveis, em conjunto, denominadas "Fiadoras"); **(V)** a participação da Companhia, na qualidade de devedora, de operação de securitização dos créditos imobiliários decorrentes das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido), os quais serão vinculados aos certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da 257ª emissão da Securitizadora ("CRI", em conformidade com o que vier a ser estabelecido no "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em série única, da 257ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A." a ser celebrado entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário, na qualidade de agente fiduciário ("Termo de Securitização"), os quais serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7/12/1976, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), da Resolução da CVM n.º 60, de 23/12/2021, conforme alterada, da Lei nº 14.430, de 03/08/2022, conforme alterada, da Lei nº 9.514, de 20/12/1997, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis "Oferta" e "Operação de Securitização", respectivamente); **(VI)** a outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido) da cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária"); **(a)** de todos os direitos (inclusive direitos emergentes) decorrentes dos Empreendimentos e dos Contratos do Projeto (conforme vier a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária), incluindo mas não se limitando aos direitos creditórios relacionados aos contratos de locação celebrados pela Companhia de bens que compõem o sistema de geração fotovoltaica, contratos de arrendamento, contratos de O&M, contratos de locação, bem como da totalidade dos e/ou seus acionistas; **(b)** da totalidade dos direitos, presentes ou futuros (inclusive direitos emergentes, quando aplicável) e créditos da Companhia oriundos das apólices de seguro a serem listadas no Contrato de Cessão Fiduciária, assim como suas respectivas renovações, indenizações ou aditamentos; e **(c)** de conta vinculada de titularidade da Companhia a ser aberta e mantida junto a determinado banco depositário, nos termos de instrumento contratual de constituição de cessão fiduciária e outras avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária"); **(VII)** a outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas, de alienação fiduciária da totalidade dos equipamentos industriais e maquinários já adquiridos ou a serem adquiridos pela Companhia, sob condição suspensiva ("Alienação Fiduciária de Equipamentos"), nos termos a serem previstos em instrumento contratual de constituição de alienação fiduciária e outras avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos"); **(VIII)** a autorização à diretoria da Companhia e a seus procuradores devidamente constituídos, para praticar os atos necessários à implementação do quanto deliberado nos itens acima, inclusive contratar os prestadores necessários à Emissão, à Oferta e à Operação de Securitização, bem como para firmar todos e quaisquer documentos necessários ou convenientes à emissão das Debêntures e à vinculação das Debêntures da Primeira Série aos CRI; e **(IX)** a ratificação de todos os atos já praticados até o momento pela administração da Companhia ou seus procuradores devidamente constituídos para a consecução dos fins indicados nos itens acima; **Deliberações aprovadas por unanimidade:** **(I)** a alteração do objeto social da Companhia para incluir a atividade de locação de imóveis, com a consequente alteração do artigo 3º do estatuto social da Companhia, de modo que referido artigo passará a vigorar com a seguinte redação: "**Art 3.º A Companhia tem por objeto social (I) aluguel de sistemas solares fotovoltaicos, (II) a prestação de serviços de manutenção e reparação de sistemas solares fotovoltaicos; (III) a prestação de serviços de engenharia; (IV) a locação de imóveis próprios ou de terceiros; e (V) a gestão de participações societárias, holding de instituições não financeiras.**" **(II)** o aumento do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 8.400.000,00, mediante a emissão de 8.400.000 novas Ações Ordinárias, sendo que as Ações Ordinárias são totalmente subscritas pela Axis Solar III, ao preço de emissão por ação de R\$ 1,00, na forma do Boletim de Subscrição que constitui Anexo I à presente ata e observado que: **(a)** o preço de emissão das Ações Ordinárias fixado em observância do disposto no art. 170, §1º, inciso I da LSA; **(b)** a totalidade do valor do aumento do capital social e da subscrição das Ações Ordinárias já foi aportado na Companhia a título de adiantamento para futuro aumento de capital social (AFAC), que hoje é convertido em capital social da Companhia. Diante do exposto acima, o artigo 5º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "**Art 5.º O capital social da Companhia é de R\$ 35.500.000,00, dividido em 35.500.000,00 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.**" **(I)** Aprovar a consolidação do estatuto social da Companhia, apresentado nesta oportunidade e assinado a seguir; **(II)** Aprovar a realização da Emissão das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, observadas as principais características: **a) Número da Emissão:** a Emissão constituição a 1ª emissão de Debêntures da Companhia; **b) Data de Emissão:** para todos os fins de direito, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **c) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$ 116.500.000,00, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo (i) R\$90.000.000,00 para as Debêntures da Primeira Série, observada a possibilidade de Distribuição Parcial (conforme abaixo definido); e (ii) R\$26.500.000,00 para as Debêntures da Segunda Série. Em razão da necessidade de superação de determinadas condições precedentes estipuladas a serem estipuladas no contrato de distribuição, será admitida a distribuição parcial dos CRI, observado o disposto no artigo 75 da Resolução CVM 160, e, consequentemente, das Debêntures da Primeira Série ("Distribuição Parcial"), desde que observado o montante mínimo de R\$ 63.500.000,00 ("**Montante Mínimo**"). Caso haja Distribuição Parcial, o saldo das Debêntures da Primeira Série não colocadas no âmbito da Emissão será cancelado pela Companhia, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia ou de Assembleia Geral de Debenturistas ou de Assembleia Geral de Titulares dos CRI; **d) Destinação dos Recursos:** Os recursos captados pela Companhia com a emissão das Debêntures serão utilizados, por ela ou por suas controladas, para destinação futura relativa à aquisição, construção ou reforma para implantação dos projetos nos imóveis objetos das matrículas a serem indicadas na Escritura de Emissão; **e) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00, na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**"); **f) Número de Séries:** A Emissão será realizada em 02 séries. Ressalvadas as menções expressas às Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e às Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"), todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e Debêntures da Segunda Série, em conjunto. Não haverá subordinação entre as Séries. **g) Tipo e Forma:** As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem a emissão de cautelas ou certificados; **h) Forma de Subscrição e Integralização:** Após o cumprimento e/ou dispensa, conforme o caso, das condições precedentes a serem dispostas no Contrato de Distribuição (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), as Debêntures da Primeira Série serão subscritas pela Securitizadora e a formalização da Escritura de Emissão, sendo certo que tal assinatura ocorrerá anteriormente à efetiva emissão dos CRI, momento no qual as Debêntures da Primeira Série passarão a ser consideradas como integrantes do Patrimônio Separado dos CRI, ainda que não tenha havido a integralização das Debêntures da Primeira Série. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, na primeira Data de Integralização, sendo considerada "Primeira Data de Integralização", para fins da Escritura de Emissão, a respectiva data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. As Debêntures integralizadas posteriormente à Primeira Data de Integralização, o preço de subscrição para as Debêntures que forem integralizadas após a Primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculados pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização ("Data de Integralização"); As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido pelo Coordenador, conforme item 4.1.3.1 da Escritura de Emissão; **i) Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme o caso, ocasiões em que a Companhia deverá a proceder ao pagamento das Debêntures de acordo com os termos descritos na Escritura de Emissão e eventuais encargos moratórios, conforme o caso, as Debêntures terão vencimento em dezembro de 2039, conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"); **j) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 116.500 Debêntures, em 02 séries, sendo (i) 90.000 Debêntures da Primeira Série, observada a possibilidade de Distribuição Parcial e o Montante Mínimo; e (ii) 26.500 Debêntures da Segunda Série; **k) Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures serão atualizado monetariamente ("Atualização Monetária das Debêntures") pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("IBGE"), calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos a partir da primeira data de integralização dos CRI (inclusive), com relação às Debêntures da Primeira Série, e a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série (inclusive), com relação às Debêntures da Segunda Série, até a data de seu respectivo efetivo pagamento (exclusive), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado"), segundo a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; **l) Remuneração das Debêntures.** A partir da primeira data de integralização dos CRI, no caso das Debêntures da Primeira Série, e da primeira data de integralização das Debêntures da Segunda Série, no caso das Debêntures da Segunda Série, sobre o Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido na data a ser divulgada no aviso ao mercado da Oferta ("Data de Apuração"), sendo, limitado à maior taxa entre "(a)" e "(b)" a seguir (a) a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.anbima.com.br>) da taxa do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento na data prevista na Escritura de Emissão, a ser apurada na Data de Apuração, acrescida exponencialmente de sobre taxa (spread) de 3,55% ao ano, base 252 Dias Úteis; ou (b) 8,80% ao ano, base 252 Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos ("Remuneração"). A Remuneração das Debêntures utilizará base 252 Dias Úteis e será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures desde a primeira Data de Integralização dos CRI, no caso das Debêntures da Primeira Série, e da primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série, no caso das Debêntures da Segunda Série (inclusive), ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (inclusive) (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração (exclusive). A taxa que remunerará as Debêntures, definida nos termos acima descritos, será ratificada por meio de aditamento à Escritura de Emissão, sem necessidade de aprovação societária pela Companhia e/ou pelas Fiadoras ou de aprovação da Securitizadora e/ou do Agente Fiduciário; **m) Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado ou resgate antecipado total das Debêntures, conforme o caso, a Remuneração será paga mensalmente, de acordo com as datas a serem previstas na Escritura de Emissão (cada data de pagamento uma "Data de Pagamento da Remuneração"), sendo certo que o primeiro pagamento será devido após 06 meses contados a partir da Data de Emissão ("Período de Carência"); **n) Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado e resgate antecipado total das Debêntures, o Valor Nominal Unitário Atualizado será amortizado mensalmente, conforme datas e percentuais de amortização a serem estipulados na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures" e o "Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado", respectivamente), sendo certo que o primeiro pagamento será devido após 06 meses contados a partir da Data de Emissão; **o) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida e não paga à Securitizadora e/ou aos debenturistas das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% ao mês sobre o montante devido, calculados pro rata temporis; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios"); **p) Repactuação Programada:** Não haverá repactuação programada das Debêntures; **q) Amortização Extraordinária:** As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Companhia; **r) Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **s) Resgate Antecipado Obrigatório:** A Companhia deverá, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, caso não haja consenso sobre a definição da Taxa Substitutiva IPCA (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório"); **t) Resgate Antecipado Especial:** Caso ocorra uma Alteração de Tributos (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), a Companhia poderá optar por resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série no prazo de até em 90 dias contados da data em que se tornar pública a Alteração de Tributos ("Resgate Antecipado Especial"), observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **u) Garantia Fidejussória:** As Fiadoras, até a comprovação da Conclusão Fisca-Financeira (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão) dos Empreendimentos (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), se obrigam, solidariamente entre si e com a Companhia, na qualidade de fiadoras e principais pagadoras, em caráter irrevogável e irretratável, perante o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, pelo fiel, pontual e integral pagamento das obrigações pecuniárias e não pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, pela Companhia na Emissão, incluindo, mas não se limitando às obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, da Remuneração, dos Encargos Moratórios, bem como dos demais encargos relativos à Escritura de Emissão, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, de quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Companhia, na Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando a, os honorários do Agente Fiduciário, da Securitizadora e ao ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário ou a Securitizadora venham a desembolsar no âmbito da Emissão, bem como todos e quaisquer custos, despesas judiciais e/ou extrajudiciais e honorários advocatícios comprovada e diretamente incorridos na proteção dos interesses da Securitizadora ou

Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas" e "Fiança", respectivamente), renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada, e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16/03/2015, conforme alterada; **v) Garantias Reais.** Para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas, serão constituídas as seguintes garantias reais: **(I)** Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade das ações, independentemente de espécie ou classe, de emissão da Companhia e demais bens e direitos derivados das referidas ações (exceto por direitos econômicos, inclusive relativos a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio), de titularidade da Axis Solar III, nos termos de instrumento contratual de alienação fiduciária de ações a ser celebrado; **(II)** Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de cessão Fiduciária; e **(III)** Alienação Fiduciária de Equipamentos, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos. **(w) Vencimento Antecipado:** As Debêntures contarão com eventos de vencimento antecipado, automáticos e não automáticos, sendo certo que tais eventos, bem como os termos da declaração de vencimento antecipado, serão descritos na Escritura de Emissão; **(x) Demais Características da Emissão:** As demais características das Debêntures e da Emissão serão aquelas especificadas na Escritura de Emissão. **(v)** Aprovar a participação da Companhia, na qualidade de devedora, na Operação de Securitização e na Oferta; **(vi)** Aprovar a outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas, da Cessão Fiduciária nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; **(vii)** Aprovar a outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas, da Alienação Fiduciária de Equipamentos, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; **(viii)** Aprovar a autorização à diretoria da Companhia e a seus procuradores devidamente constituídos, para praticar os atos necessários à implementação do quanto deliberado nos itens acima, inclusive contratar os prestadores necessários à Emissão, à Oferta e à Operação de Securitização, bem como para firmar todos e quaisquer documentos necessários ou convenientes à emissão das Debêntures e à vinculação das Debêntures da Primeira Série aos CRI; e **(ix)** Aprovar a ratificação de todos os atos já praticados até o momento pela administração da Companhia ou seus procuradores devidamente constituídos para a consecução dos fins indicados nos itens acima. **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata, nos termos do artigo 130,§1º da LSA, e que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Confere com o documento original lavrado em livro próprio. São Paulo - SP, 06 de junho de 2024. **Assinaturas: Mesa: Luiz Augusto Pacheco e Silva** (Presidente) e **Rodrigo Teixeira Marcolino** (Secretário); **Acionistas presentes: Axis Solar III Empreendimentos e Participações S.A.** Por: Rodrigo Teixeira Marcolino - Diretor, Por: Luiz Augusto Pacheco e Silva - **Diretor. Anexo I - Boletim de Subscrição: 1. Subscritor: Axis Solar III Empreendimentos e Participações S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, em fase operacional, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, 72, conj. 181, sala 10, CEP 04.534-000, CNPJ nº 34.175.032/0001-40, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35300555295, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Axis Solar III"); 2. **Número, espécie e classe das ações subscritas:** 8.400.000; 3. **Valor Total da Subscrição:** R\$ 8.400.000,00 ("Valor Total da Subscrição"); 3. **Valor Total da Subscrição:** R\$ 8.400.000,00 ("Valor Total da Subscrição"); 4. **Forma de integralização:** o Valor Total da Subscrição é integralizado via conversão do valor correspondente a R\$ 8.400.000,00 já aportado na Companhia a título de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC). São Paulo, 06 de junho de 2024. **Axis Solar III Empreendimentos e Participações S.A.** Por: Rodrigo Teixeira Marcolino - Diretor; Por: Luiz Augusto Pacheco e Silva - Diretor. **Estatuto Social - Capítulo I Denominação, Objeto, Sede e Prazo de Duração - Artigo 1º -** A Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, regida por este estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º -** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 72, Edifício São Paulo Head Office, conjunto nº 181, sala 10, Itaim Bibi, CEP 04534-000, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, alterar o endereço da sede social, bem como arbir, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios, depósitos e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Parágrafo Único -** A Companhia possui as seguintes filiais: (1) GLEBA, Gleba nº 05 da Colônia São Sebastião do Guaraci, S/N, Zona Rural, CEP nº 86680-000, Ponto de Referência Chácara GHS Lote nº 236, 229-A-4, na Cidade de Nossa Senhora das Graças/PR, CNPJ/MF nº 48.929.019/0002-24; (2) FAZENDA, Fazenda Tabajara, situada de frente para a BR 376, km 81, à direita, S/N, Zona Rural, CEP nº 87880-000, Ponto de Referência Estância Dona Ana, na Cidade de Guairá/PR, CNPJ/MF nº 48.929.019/0003-05; (3) Córrego da Estrela, S/N Lote 3; Cond. Sítio Alto Floresta; Nova Venécia/ES, CEP 29830-000, CNPJ/MF nº 48.929.019/0007-39; (4) Córrego da Estrela, S/N Lote 4; Cond. Sítio Alto Floresta; Nova Venécia/ES, CEP 29830-000, CNPJ/MF nº 48.929.019/0005-77; (5) Rodovia MS 141, KM 3, Sítio Katão, S/N - Bairro Ouro Verde, Complemento KM 3 a esquerda, Cond.: Sítio Katão, Angélica, Mato Grosso do Sul, CEP 79785-000, CNPJ/MF nº 48.929.019/0004-96; (6) Córrego da Montanha, S/N, Lote Fazenda Bela Vista, Zona Rural, Ponto Belo/ES, CEP 29885-000, CNPJ/MF nº 48.929.019/0006-58; (7) Estrada Vicinal Bebedouro a Taiuva, s/n, referências: Estância Celta Park, Zona Rural, Bebedouro/SP, CEP: 14700-129; CNPJ/MF nº 48.929.019/0008-10; (8) Área Rural, s/n, Anexo Sítio Rio Quartel; Área Rural de Linhares/ES, CEP 29918-899, CNPJ/MF nº 48.929.019/0009-09; (9) Estrada de Ururuçu, Rodovia GO 237, 85 Anexo Fazenda Rowiete, Lote 3275; Quadra 16; Zona Rural, Niquelândia/GO, CEP 76420-000; (10) Margem à direita do córrego do balsamo, s/n, Anexo Fazenda Trindade, Área Rural de Itumbiara/GO, CEP 75544-899; (11) Acesso a 3 Km de Bom Jardim as margens do Córrego Divisa, s/n, Anexo Sítio Santa Luzia, Zona Rural, Bom Jardim de Goiás/GO, CEP 76245-000; (12) Estrada ao lado estq est poções, s/n, Anexo Sítio Tamandua, Zona Rural, Monteiro/PB, CEP 58500-000; (13) Estrada para o Douardo, Sítio Tigre, s/n, Sede Rural, Anexo Fazenda Lagoa Mar, Morada Nova/CE, CEP 62940-000; (14) Estrada de queimadas margem a esquerda da BR 116, s/n, Zona Rural, Anexo Sítio Queimadas, Ponto de referência, Br 116 Barro A Ico Km 14 Margem Direita, Barro/CE, CEP 63380-000; (15) Estrada Boa Viagem Pedra Branca Jacauna Km 4 à direita, s/n, Zona Rural, Anexo Fazenda Jacauna, Boa Viagem/CE, CEP 63870-000; (16) Estrada Municipal Cajobi, Acesso ao Bairro Galileia Km 6, s/n, Zona Rural, Complementos Anexo: Fazenda Fortaleza, Referências: Fazenda Fortaleza; Cajobi/SP, CEP: 15410-000; (17) Estrada Municipal Taquaritinga à Guariboba, s/n, Área Rural de Taquaritinga, Anexo Sítio Bom Jesus, Lote Sítio Santa Luzia, Taquaritinga/SP, CEP 15909-899, CNPJ/MF nº 48.929.019/0010-34; (18) Estrada Municipal Taquaritinga ao Bairro Dobradinha, KM 6, s/n, Área Rural de Taquaritinga, Anexo Sítio Santa Emília, Taquaritinga/SP, CEP 15900-001, CNPJ/MF nº 48.929.019/0011-15; (19) Avenida Antônia Spinora Mustafa, 445, Zona Rural, Anexo Sítio Boa Vista, Batayporã, CEP 79760-000; (20) Sítio Br 110 KM 110 da Cidade de Campo Grande Unipama S/n Lote Sítio Canaa, Zona Rural Campo Grande/RN CEP 59680-000. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto social (I) aluguel de sistemas solares fotovoltaicos, (II) a prestação de serviços de manutenção e reparação de sistemas solares fotovoltaicos; (III) a prestação de serviços de engenharia; (IV) a locação de imóveis próprios ou de terceiros; e (V) a gestão de participações societárias, holding de instituições não financeiras. **Artigo 4º -** A Companhia tem prazo indeterminado de duração. **Capítulo II Capital Social- Artigo 5º -** Art 5.º O capital social da Companhia é de R\$ 35.500.000,00, dividido em 35.500.000,00 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único** - Cada ação ordinária conferirá ao seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 6º -** A Companhia poderá, até o limite máximo permitido em lei e ainda que sem guardar proporção com as demais espécies ou classes de ações, criar ou emitir ações preferenciais, com ou sem direito a voto, fixando-lhes as respectivas características, preferências e vantagens. **Artigo 7º -** A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor (I) de seus administradores e empregados, ou (II) de pessoas naturais que prestem serviços à ela ou a sociedade sob seu controle. **Parágrafo Único** - Não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações, na forma do disposto no §3º do Artigo 171 da Lei nº 6.404/76. **Capítulo III - Assembleia Geral- Artigo 8º -** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **§1º -** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por um acionista a ser indicado pela própria Assembleia Geral. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. **§2º -** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e as previstas neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **Capítulo IV Administração - Seção I - Disposições Gerais - Artigo 9º -** A Diretoria é o órgão de administrado e representação da Companhia. A Diretoria ficará responsável pela condução dos negócios cotidianos da Companhia, inclusive a celebração de todos os contratos comerciais da Companhia, devendo gerir suas operações com vistas a maximizar lucros. **Artigo 10º -** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e, os demais, Diretores sem designação específica, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2, sendo permitida a reeleição. **§1º -** Os Diretores devem assumir seus cargos dentro de 30 dias a contar das respectivas datas de nomeado, mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos. **§2º -** Em caso de vacância de qualquer dos cargos de Diretor, o Diretor remanescente deverá convocar imediatamente Assembleia Geral, que designará o novo Diretor. **Artigo 11º -** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se para tratar de aspectos operacionais ou das matérias que julgue de sua competência. **Artigo 12º -** Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral, e a prática, dentro de suas atribuições e observado o disposto neste Estatuto, de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **Artigo 13º -** Observado o disposto neste Estatuto Social e nos parágrafos abaixo, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigado por ato ou assinatura: (a) de 2 Diretores em conjunto; ou (b) de um Diretor em conjunto com um procurador, observado o disposto no §2º abaixo, ou (c) de um ou mais procuradores com poderes específicos, expressamente autorizados a atuar isoladamente em nome da Companhia, conforme o caso, observado o disposto no §2º abaixo. **§1º -** Os atos para os quais o Estatuto Social exija autorização prévia ou ratificação da Assembleia Geral somente serão válidos uma vez preenchido tal requisito. **§2º -** As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por dois Diretores em conjunto e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter prazo de validade determinando e não superior a 1 ano. Caso seja interesse da Companhia outorgar procuração para a atuação isolada por um ou mais procuradores, referida forma de representação deverá contar previamente autorizada na procuração. **§3º -** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, a prática de atos por qualquer dos Diretores ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **§4º -** A Companhia poderá ser representada por apenas 1 Diretor ou 1 procurador perante repartições públicas e autarquias federais, estaduais e municipais, Receita Federal do Brasil e suas Delegacias e Inspeções, Agências e Postos, empresas públicas, sociedades de economia mista, entidades sindicais, associações profissionais, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A. e suas carteiras, inclusive perante o Departamento de Comércio Exterior - DECEX, Empresa de Correios e Telégrafos, estradas de ferro e empresas de transporte marítimo e aéreo, ficando qualquer dos Diretores investido de poderes para praticar individualmente atos como preposto perante a Justiça do Trabalho, bem como para assinar todos os demais documentos e correspondências da sociedade dirigida às mencionadas entidades ou instituições, endossar cheques para depósitos em conta bancária da Companhia, duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito exclusivamente para cobrança bancária e consecutivo depósito das respectivas quantias em conta bancária da Companhia. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 14º -** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, e, quando instalado, será composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral. **§1º -** A posse dos membros do Conselho Fiscal em seus cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Conselheiro empossado. **§2º -** O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente em sua primeira reunião e funcionará de acordo com o Regimento Interno aprovado na Assembleia Geral que deliberar sobre sua instalação, se for o caso. **§3º -** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas sempre por maioria de votos e lavradas em forma de ata no livro próprio, devendo ser assinadas por todos os presentes. **§4º -** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o §3º do artigo 162 da LSA. **§5º -** O mandato unificado dos membros do Conselho Fiscal encerra-se na AGO subsequente à de sua eleição, sendo permitida a reeleição dos mesmos nos moldes no §6º do artigo 161 da LSA. **§6º -** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos suplentes. **§7º -** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará o seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral deverá ser convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **Capítulo VI - Exercício Social, Distribuições e Reservas - Artigo 15º -** O exercício social da Companhia terá início em 12 de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 16º -** Em cada exercício os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado da seguinte forma: (a) o lucro líquido do exercício será diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) a importância destinada a constituída da reserva legal; e (ii) a importância destinada à formação de reserva para contingência e a reversão desta reserva formada em exercícios anteriores; (b) o pagamento de dividendo determinado nos termos do caput deste Artigo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar; e (c) os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, serão acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. **§1º -** O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório caso seja incompatível com a situação econômico-financeira da Companhia no respectivo exercício social. **§2º -** Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do §1º acima serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação econômico-financeira da Companhia. **Artigo 17º -** A Companhia, por decisão da Diretoria, poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendo a conta de lucros apurados nesses balanços; e (ii) declarar dividendos intermediários à contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Artigo 18º -** A Diretoria poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, ad referendum da AGO que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação do imposto de renda. **Artigo 19º -** Os dividendos e juros sobre capital próprio pagos ou creditados nos termos do Artigo 17 e do Artigo 18 serão imputados ao dividendo obrigatório. **Artigo 20º -** Os atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral; e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Capítulo VII - Liquidação - Artigo 21º -** A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, designar o liquidante, fixar os poderes e remuneração deste, e eleger os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII - Acordos de Acionistas - Artigo 22 -** A Companhia observará os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76. A administração da Companhia abster-se-á de registrar transferências de ações que violem as disposições dos referidos acordos, assim como o presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se-á de computar votos lançados em violação de tais acordos. **Capítulo IX - Disposições Gerais - Artigo 23 -** Qualquer questão oriunda da interpretação ou execução deste Estatuto Social ou qualquer outra discussão entre os acionistas e a Companhia, deverá ser decidida no foro da Comarca de São Paulo/SP, o qual deverá ter preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser. São Paulo- SP, 06 de junho de 2024. **Mesa: Luiz Augusto Pacheco e Silva** - Presidente; Rodrigo Teixeira Marcolino - Secretário. **Acionista Presente: Axis Solar III Empreendimentos e Participações S.A.** Por: Rodrigo Teixeira Marcolino - Diretor; Por: Luiz Augusto Pacheco e Silva - Diretor.

